

PSICOLOGIA FORENSE: UM PARCEIRO ÚTIL DA JUSTIÇA

O exemplo da Unidade de Psicologia da Justiça da Universidade do Minho

Os professores da Escola de Psicologia da Universidade do Minho Marlene Matos, Rui Abrunhosa Gonçalves e Carla Machado assinaram e publicaram este mês de Janeiro, em co-autoria, aquele que pretende ser o primeiro manual sobre o contexto, as práticas e os desafios que o exercício da Psicologia Forense enfrenta hoje em Portugal.



TERESA SILVEIRA

teresasilveira@vidaeconomica.pt

A obra, editada pela Psiquilíbrios Edições, editora detida pela também psicóloga Vera Ramalho, visa oferecer aos leitores conhecimentos sobre uma disciplina científica que, segundo os próprios autores, tem vindo a "atrair a atenção de um número crescente de estudantes, psicólogos e profissionais" que trabalham com o sistema de justiça.

Um interesse que encontra justificação, também segundo os autores, no facto de "cada vez mais psicólogos serem solicitados a realizar perícias forenses", no domínio cível e pena, o que constitui "uma tarefa complexa, exigente e de grande responsabilidade técnica e social".

E talvez por serem exactamente "complexas, exigentes e de grande responsabilidade técnica e social", essas são funções com cada vez "maior expressão junto dos actores e decisores judiciais", tanto pelo "crescente número de solicitações", quer pelo seu "impacto nas decisões da justiça" em Portugal.

O livro "Manual de Psicologia Forense: Contextos, Práticas e Desafios", em 18 capítulos, surge, aliás, como "contributo útil para o leitor", qualquer que seja o grau de formação e de experiência que detenha.

Como referiu Rui do Carmo, director-adjunto (agora demissionário) do Centro de Estados Judiciários (CEJ) e Procurador da República, que assina um capítulo do livro e a quem coube a intervenção pública, em Braga, de apresentação da obra, "este não é um livro para pôr nas estantes". É, antes, "um manual para ser utilizado no dia-a-dia, por conter um conjunto de informações muito importantes para a melhoria da qualidade da actividade judiciária".

Também durante a apresentação, aquele que foi o fundador, em 1998, da Unidade de Psicologia da Justiça da Universidade do Minho, Rui Abrunhosa Gonçalves, fala do livro como "um marco" que os autores pretendem colocar nesta área de investigação, conferido e concretizado através de uma "informação sistematizada na área da Psicologia Forense".

Como também refere Rui Abrunhosa Gonçalves, desta feita no seu artigo "Psicologia Forense em Portugal: Uma história de responsabilidades e desafios" (Análise Psicológica - 2010, 1 (XXVIII): 107-115), "em Portugal, a última década do século XX foi marcada pela consolidação da Psicologia da Justiça, que se traduziu por uma expansão ao nível da oferta de formação, da investigação, da intervenção e, sobretudo, da disseminação do saber teórico e empírico".

Já durante o século XXI, prossegue

Rui Abrunhosa Gonçalves no artigo, "e nos anos mais recentes, a Psicologia Forense afirmou-se como um parceiro útil para as tomadas de decisão judiciais, sendo esse aspecto saudado por muitos juristas da nossa praça".

A verdade, diz o mesmo autor e investigador, é que, se, por um lado, nos "podemos regozijar com este reconhecimento, devemos, por outro, interrogarmo-nos se estamos à altura das exigências que nos fazem". Isto é, "se temos capacidade para dar uma resposta cientificamente válida para ajudar ao esclarecimento dos factos e das questões que sobre eles pendem, nomeadamente, o "quem", o "como", o "quando" e o "porquê".

**Psicologia Forense:
"Um trabalho demorado,
que requer conhecimento e
treino específicos e que deve
ser executado no seio de uma
equipa"; frisa o investigador Rui
Abrunhosa Gonçalves**

Daí que seja necessário "procurar essas respostas face a um caso concreto", o que se obtém pela "análise cuidadosa dos factos relatados, a recolha de informações em várias fontes para além do arguido ou da vítima, a administração de provas aferidas e validadas ao contexto nacional, o recurso a instrumentos de

avaliação forense e a exames e provas complementares, e a partilha de dúvidas com outros profissionais informados”, realça Rui Abrunhosa Gonçalves no seu artigo.

O investigador não deixa, contudo, de realçar que se trata de “um trabalho demorado, que requer conhecimento e treino específicos, que deve ser executado no seio de uma equipa e que deve ser feito sob a noção de que a Psicologia é uma ciência probabilística”.

E citando vários processos judiciais que fizeram “parangonas nos órgãos de comunicação social” recentemente, quer em Portugal (o caso “Casa Pia”), quer no estrangeiro (o caso “Outreau”, em França, em 2005), Rui Abrunhosa Gonçalves diz que eles “mostram bem o quanto é necessário trabalhar de forma séria e cientificamente apoiada”, para que não sejam cometidas aquilo a que chama “barbaridades” sob a “égide de uma pseudociência psicológica”.

O investigador da Universidade do Minho diz mesmo que, “em nenhum caso, deve a busca da verdade toldar-nos a razão nem levar-nos a extrair indícios irrefutáveis da credibilidade da vítima ou da culpabilidade do arguido, por exemplo, através de desenhos, discursos ou conteúdos oníricos por eles fornecidos, de reduzida ou nenhuma acessibilidade à refutação científica”.

Explicando que “o melhor preditor do êxito de uma avaliação psicológica forense é a competência e o desempenho do perito, como diz, citando, Arce & Fariña em 2005, “é, pois, aí que devemos centrar os nossos esforços”, conclui o mesmo responsável.

O GEAV – Gabinete de Estudo e Atendimento a Vítimas, associado à Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto, é um dos poucos centros especializados

Presente na sessão de apresentação da obra “Manual de Psicologia Forense”, a “Vida Judiciária” falou com dois dos seus autores ali presentes, Rui Abrunhosa Gonçalves, acabado de aqui citar, e Mar-

lene Marques, coordenadora do livro e a perita sénior responsável actualmente pela Unidade de Psicologia da Justiça que a Universidade do Minho (UM) criou, pela mão de Rui Abrunhosa Gonçalves, em 1998.

Em declarações no final da sessão de apresentação do livro, a também docente disse à “Vida Judiciária” que a Unidade de Psicologia da Justiça da UM tem, presentemente, “entre 10 e 20 peritos”, coordenados por três peritos seniores – Carla Machado, Marlene Marques e Rui Abrunhosa Gonçalves -, que executam perícias, a pedido dos tribunais, nas áreas penal e cível. Realizam, anualmente, “entre 150 e 200 perícias forenses”.

Frisando que as solicitações surgem dos tribunais sobretudo da região Norte, no âmbito da ocorrência de crimes de natureza sexual, maus-tratos, violência doméstica, em que agressores e vítimas têm, “muitas vezes, dificuldades em testemunhar”, Marlene Marques disse à VJ que, mesmo assim, em Portugal, “são poucas as unidades especializadas nesta área”. Um dos exemplos para além da Unidade de Psicologia da Justiça criada pela UM é o GEAV – Gabinete de Estudo e Atendimento a Vítimas, associado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Um processo de perícia forense leva, na Unidade de Psicologia da Justiça da UM, em média, “nunca menos de dois meses”

Também em declarações à margem da sessão de apresentação do livro, Rui Abrunhosa Gonçalves traçou para a “Vida Judiciária” um balanço da criação da Unidade de Psicologia da Justiça da UM, fundada em 1998.

“Chegámos à conclusão na Universidade do Minho de que a Psicologia da Justiça enquanto área de estudo e de investigação deveria ter, também, uma vertente aplicada”, refere o professor, explicando a decisão da criação daquela Unidade. Um serviço que foi criado com o objectivo de actuar em três vertentes: nas “avaliações forenses pedidas pelos tribunais, na intervenção com vítimas de

crimes e na intervenção com agressores”.

A verdade é que, de uma fase em que apenas colaboravam com os tribunais da região de Braga, “fomos, entretanto, certificados pelo Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) como unidade especializada para fazer perícias e passámos a receber também muitos casos vindos do próprio INML”, refere Rui Abrunhosa Gonçalves à VJ.

Questionado sobre o balanço do trabalho desta Unidade, o investigador não tem dúvidas: “a Unidade excedeu as nossas próprias expectativas iniciais”, respondendo agora muito mais do que aos tribunais da região de Braga.

Hoje, de Valpaços ao Porto e até a Évora, várias são as solicitações para perícias forenses, tendo sido, inclusive, abordados aquando do processo “Casa Pia”. O trabalho no âmbito desse caso só acabaria por não avançar porque as condições exigidas implicavam a deslocalização física temporária dos peritos forenses para Lisboa, o que “não se mostrava viável” dadas as actividades profissionais paralelas que também exercem.

Questionado ainda sobre o financiamento da Unidade de Psicologia da Justiça, Rui Abrunhosa Gonçalves explicou que as perícias são pagas – “com bastante atraso” - pelos próprios tribunais que as solicitam, de acordo com tabela própria aprovada pelo Ministério da Justiça, representando receita própria para a Universidade do Minho.

Já sobre um possível alargamento da rede de peritos forenses associados à Unidade e as condições de trabalho em que os mesmos operam, o professor da UM lamentou: “A equipa trabalha para além das suas capacidades e, muitas vezes, não conseguimos ser mais céleres nas perícias porque, além da extrema complexidade que elas sempre envolvem, muitos dos nossos peritos não desenvolvem esta actividade a tempo inteiro”. Antes, acumulam as perícias com, nomeadamente, a docência e a investigação.

Daí que, em média, a execução de um processo de perícia forense leve, na Unidade de Psicologia da Justiça da UM, em média, “nunca menos de dois meses”.